

29.º

Contra-ordenações

1 — Constituem contra-ordenações:

- a) A violação do disposto no n.º 3 do artigo 1.º;
- b) A violação do disposto no artigo 5.º, no artigo 6.º, no n.º 2 do artigo 8.º, no artigo 9.º, no n.º 2 do artigo 10.º, no artigo 13.º, no artigo 14.º, no artigo 21.º, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 22.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 23.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 24.º, no artigo 27.º;
- c) A retirada da exploração de qualquer unidade de alojamento de um estabelecimento de hospedagem não autorizada pela Câmara Municipal.

2 — A contra-ordenação prevista na alínea a) do número anterior é punível com coima de 50 000\$ a 500 000\$, no caso de se tratar de pessoa singular, e de 100 000\$ a 1 000 000\$, no caso de se tratar de pessoa colectiva.

3 — As contra-ordenações previstas na alínea b) do n.º 1 são puníveis com coima de 10 000\$ a 100 000\$, no caso de se tratar de pessoa singular, e de 20 000\$ a 200 000\$, no caso de se tratar de pessoa colectiva.

4 — A contra-ordenação prevista na alínea c) do n.º 1 é punível com coima de 25 000\$ a 250 000\$, no caso de se tratar de pessoa singular, e de 50 000\$ a 500 000\$, no caso de se tratar de pessoa colectiva.

5 — A fixação em concreto da coima aplicável faz-se tendo em conta a gravidade do comportamento.

6 — A tentativa e a negligência são puníveis, contudo, os limites máximo e mínimo das coimas são reduzidas para um terço.

30.º

Competência de fiscalizarão

1 — Compete à Câmara Municipal fiscalizar o cumprimento do disposto no presente Regulamento.

2 — Aos funcionários da Câmara Municipal em serviço de fiscalização deve ser facultado o acesso aos estabelecimentos de hospedagem e apresentados os documentos justificadamente solicitados.

31.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia ...

CÂMARA MUNICIPAL DE LOUSADA

Aviso n.º 10 660/2002 (2.ª série) — AP. — Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, torna-se público que por despacho de 12 de Novembro de 2002, autorizei a renovação do contrato de trabalho a termo certo, por mais seis meses, a partir do dia 18 de Dezembro de 2002, celebrado com Cristina Paula Miguéis de Sousa Coelho, para desempenhar funções nesta Câmara Municipal inerentes à categoria de técnico superior (ciências históricas) 2.ª classe.

13 de Novembro de 2002. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães*.

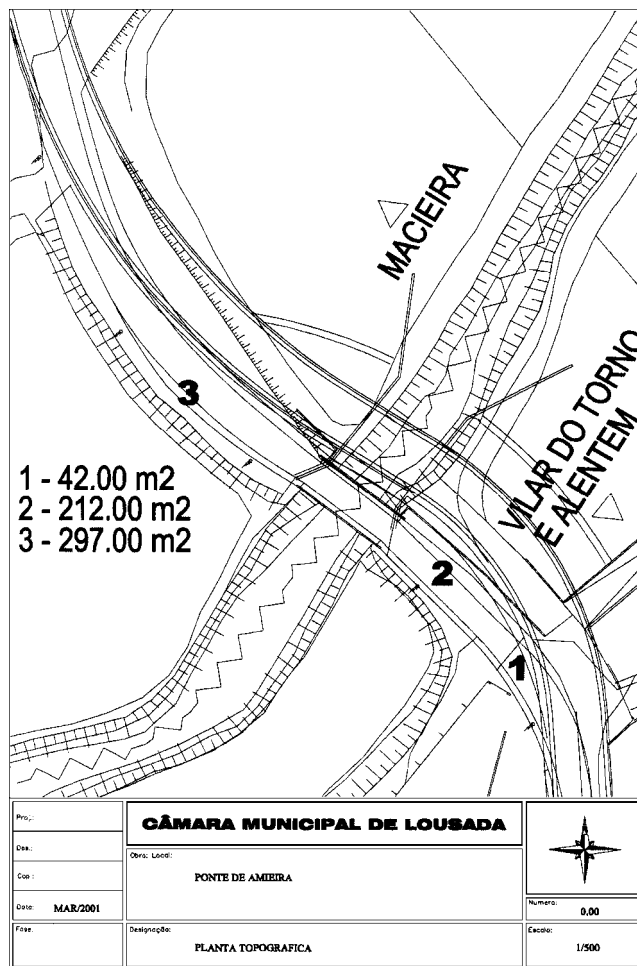
Aviso n.º 10 661/2002 (2.ª série) — AP. — Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães, licenciado em Direito e presidente da Câmara Municipal de Lousada:

Torna público que, por deliberação tomada na reunião ordinária desta Câmara Municipal realizada no dia 18 de Março do ano em curso e sancionada pelo órgão deliberativo na sessão ordinária de 26 de Abril do mesmo ano, deliberou desafectar do domínio público e integrar no domínio privado do município uma área, em desuso, de aproximadamente 550 m², correspondente às parcelas n.ºs 1 e 2, pertencentes à freguesia de Vilar do Torno e Alentém, e parcela n.º 3, pertencente à freguesia de Macieira, devidamente identificadas na planta anexa, face à construção dos acessos à nova Ponte da Amieira.

Mais faz saber que qualquer reclamação a apresentar terá de dar entrada no Departamento de Administração Geral (Secção de Ex-

pediente, Serviços Gerais, Arquivo e Notariado) deste município, no prazo de 30 dias, a contar da data da publicação no *Diário da República*, 2.ª série.

18 de Novembro de 2002. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães*.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAÇÃO**

Aviso n.º 10 662/2002 (2.ª série) — AP. — *Revisão do Plano Director Municipal de Mação.* — Torna-se público ter a Câmara Municipal de Mação, em reunião de 23 de Outubro de 2002, deliberado mandar elaborar a revisão do Plano Director Municipal de Mação, aprovando os termos de referência que justificam a sua oportunidade e estabelecem os seus objectivos.

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, decorrerá, durante um prazo de 45 dias úteis, a contar a partir da data de publicação deste aviso na 2.ª série do *Diário da República*, um processo de audição ao público por forma a permitir a formulação de sugestões, bem como a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de revisão, devendo essas observações ou sugestões ser apresentadas em ofício devidamente identificado, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Mação.

Serão facultados aos interessados todos os elementos relevantes para que estes possam conhecer o estágio dos trabalhos e a evolução da tramitação procedimental, bem como formular sugestões à autarquia.

22 de Novembro de 2002. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Saldanha Rocha*.

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA

Aviso n.º 10 663/2002 (2.ª série) — AP. — Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei